

XVII Congresso Brasileiro de Sociologia

20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS)

GT 32 – Sociologia da Juventude: questões e estudos contemporâneos

Título do Trabalho: **JUVENTUDE BRASILEIRA E O TRABALHO PRECÁRIO:**
itinerários de “periferização” de jovens no/pelo mundo do trabalho

Autora: MARIA ISABEL SILVA BEZERRA LINHARES

Universidade Federal do Ceará (UFC)/Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

isabelblinhares@yahoo.com.br

JUVENTUDE BRASILEIRA E O TRABALHO PRECÁRIO: itinerários de “periferização” de jovens no/pelo mundo do trabalho

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares

Universidade Federal do Ceará (UFC)/Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
isabelblinhares@yahoo.com.br

GT 32 - Sociologia e Juventude: questões e estudos contemporâneos

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a relação da juventude brasileira com o mundo do trabalho, analisando a situação de emprego e de desemprego entre jovens no Brasil, registrando que vem se constituindo um processo de precarização do trabalho, que caracteriza a atual situação do jovem nessa realidade. O foco da análise incide sobre os itinerários de passagem para a vida ativa, ou seja, aqueles itinerários que aparecem mais estreitamente relacionados com a vertente de inserção profissional, envolvendo dimensões como o emprego/desemprego, a precariedade laboral e os modos de inserção no mundo do trabalho. A condição precária de inserção e de permanência do jovem no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que compromete uma perspectiva de construção de futuro através do trabalho formal, coloca-se como um desafio para as políticas públicas de/para juventude, de modo especial, as políticas de inclusão produtiva. Para delinear este cenário, os dados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e os trabalhos de Alves (2012), Pais (1993), Pochmann (2007), entre outros, oferecem pistas importantes para se compreender a situação da juventude brasileira, os itinerários de passagem para a vida ativa e as políticas de inclusão para o mundo do trabalho em curso no Brasil.

Palavras-chave: Juventude. Mundo do trabalho. Trabalho Precário.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a relação da juventude brasileira com o mundo do trabalho, analisando a situação de emprego e de desemprego entre jovens no Brasil, registrando que vem se constituindo um processo de precarização do trabalho, que caracteriza a atual situação do jovem nessa realidade. O foco da análise incide sobre os itinerários de passagem para a vida ativa, ou seja, aqueles itinerários que aparecem mais estreitamente relacionados com a vertente de inserção profissional, envolvendo dimensões como o emprego/desemprego, a

precariedade laboral e os modos de inserção no mundo do trabalho. A condição precária de inserção e de permanência do jovem no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que compromete uma perspectiva de construção de futuro através do trabalho formal, coloca-se como um desafio para as políticas públicas de/para juventude, de modo especial, as políticas de inclusão produtiva.

O ingresso no mundo do trabalho constitui-se, tradicionalmente, em um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta. No entanto, nas últimas décadas, em função de intensas transformações produtivas e sociais, ocorreram mudanças nos padrões de transição de uma condição à outra. O diagnóstico dominante aponta para as enormes dificuldades dos jovens em conseguir uma ocupação, principalmente em obter o primeiro emprego, dado o aumento da competitividade, da demanda por experiência e por qualificação no mercado de trabalho. Com isso, a transição para a vida adulta tem sido retardada. As transformações ocorridas na esfera produtiva e no mundo do trabalho são apenas parte dos aspectos a ser levado em conta, aqui, na reflexão em torno da problemática da transição para a vida adulta na atualidade.

Em 2007, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), o Brasil possuía cerca de 50,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que correspondia a 26,4% da população. Embora este contingente populacional fosse maior do que o das últimas décadas do século XX, período marcado por um extraordinário crescimento demográfico da população jovem brasileira, constata-se que é menor que o de 2006, quando este grupo etário somava 51,2 milhões de pessoas. A redução do segmento juvenil confirma as projeções demográficas que indicam uma desaceleração progressiva do ritmo de crescimento da população jovem, e uma mudança nos pesos dos diversos grupos etários no conjunto da população brasileira.

Pesquisas nacionais têm mostrado que o trabalho está entre os principais assuntos que mais mobilizam o interesse dos jovens. O trabalho também é por eles indicado como um dos direitos mais importantes de cidadania, assim como um dos direitos essenciais dos quais deveriam ser detentores¹. Vale dizer que a centralidade

¹ Ver as seguintes pesquisas: “Perfil da Juventude Brasileira”, realizada pela Criterium Assessoria a pedido do Instituto Cidadania, em 2003; “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e

do trabalho para os jovens não advém tão-somente do seu significado ético, ainda que este seja relevante, mas resulta também, e sobremaneira, da sua urgência enquanto problema:

(...) é, sobretudo enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade, no coração da agenda para uma parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca. (GUIMARÃES, 2004, p.12)

Portanto, o presente artigo tem por interesse a atual situação do jovem no mercado de trabalho. Utiliza-se aqui como informação primária a PNAD/IBGE, considerando como jovens a parcela da população situada na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade. Diante dessa realidade que envolve a juventude brasileira, em especial os jovens cearenses, sinto-me instigada a realizar um estudo quantitativo, com abordagem qualitativa, desenvolvido em área urbana da cidade de Sobral-Ceará, junto a (10) dez jovens entre 16 a 19 anos, de ambos os sexos, que estavam participando do Projeto Primeiro Passo. Os dados foram colhidos em novembro e dezembro de 2003. Também foi necessária a análise documental da legislação e de políticas relacionadas ao tema, e um estudo bibliográfico das discussões a respeito do jovem aprendiz, além de vários contatos com os responsáveis pelo programa para compreender seu funcionamento. Foram tomados como referenciais para a pesquisa os documentos oficiais do Programa Primeiro Passo (legislação, projeto, proposta pedagógica).

A perspectiva deste levantamento, parte integrante do Projeto de Pesquisa **“Trajetórias juvenis face aos desafios do mundo do trabalho: experiências sociais e interpretações individuais de jovens sobralenses que buscam o primeiro emprego”**, de autoria, é servir como ferramenta nas análises e projetos desenvolvidos por todos os tipos de instituições e agentes que estejam voltados, direta ou indiretamente, para esse público específico. Com uma combinação de amplitude temática e representatividade inédita em nosso país, esta pesquisa constitui-se num substrato de informações que representa, potencialmente, valioso subsídio para qualquer iniciativa de impacto, no âmbito das políticas públicas e dos

projetos voltados ao segmento jovem da população brasileira, a ser concebida e planejada por agentes da iniciativa privada, dos órgãos vinculados aos poderes públicos e, igualmente, do chamado terceiro setor.

Tomo como base e referência a análise dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (2007), nos trabalhos de Pochmann (2003, 2007), Guimarães (2004), Pais (2005), Alves (2013), entre outros.

O artigo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira apresento o cenário da juventude brasileira, apresentando seus dilemas e perspectivas. Na segunda, problematizo esse cenário, na tentativa de compreender a relação da juventude e trabalho, especialmente o ingresso de jovens no mundo do trabalho e, mesmo reconhecendo que o Brasil tem avançado em propostas de qualificação profissional para jovens, ainda tem um longo caminho a percorrer na discussão sobre o emprego oferecido para juventude.

1. O CENÁRIO SOCIAL DA JUVENTUDE BRASILEIRA: dilemas e perspectivas.

“Evento, em São Paulo, discute empregabilidade juvenil”, assim anunciava o site do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)². Segundo postado na epígrafe “em 2015, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 660 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, ingressarão no mercado de trabalho mundial”. Dado que, hoje, um em cada cinco jovens não está empregado (cerca de 88 milhões de pessoas), o que representa mais de 40% do total de desempregados, as perspectivas da inserção do jovem no mundo do trabalho não são otimistas. No Brasil, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aponta que, atualmente, 3,5 milhões de jovens (entre 16 e 24 anos) estão desempregados. A taxa é equivalente a 3,5 vezes o número de adultos fora do mercado. Comparando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1989 com os de 1998, o economista Marcio Pochmann, no livro “A Batalha do Primeiro Emprego”, indica que o desemprego juvenil cresceu 195% no período. Em 1989, o país contava 1 milhão de jovens sem emprego; em 1998, o número subiu para 3,3 milhões. (IDIS, 2011).

² Disponível em: <http://www.idis.org.br/acontece/noticias/evento-em-sao-paulo-discute-empregabilidade-juvenil>. Acesso dia: 20 abr. 2012.

Para a presidenta do Conselho Nacional de Juventude, Regina Novaes, que esteve nesse evento, o “casamento entre educação e trabalho”, no Brasil, “vai mal”. Se de um lado há jovens fora do mercado de trabalho porque não estão capacitados, estão fora da escola ou atrasados, de outro, existem jovens que chegam à universidade e também não conseguem se inserir. A incerteza, portanto, está muito mais presente, o que exige tanto novas formas de educação como mecanismos de inserção no mercado de trabalho.

Diante do cenário contemporâneo, percebe-se que as questões da e sobre a juventude vêm adquirindo um novo status no marco social e institucional. Há um número cada vez mais elevado de movimentos e de iniciativas para que os jovens se organizem e se tornem não só objeto, mas também sujeitos criativos de sua cidadania. Organizações não-governamentais (ONGs), iniciativas empresariais e, sobretudo, os Poderes Públicos têm sido convocados a se posicionar e propor respostas a esse eminente movimento de transformação.

Nesse cenário, entre dilemas e perspectivas quanto à inclusão de jovens no mundo-do-trabalho, quais desafios se apresentam, para que possamos pensar as possibilidades de eficácia das políticas públicas de trabalho, bem como as reais possibilidades de inserção dos jovens no mundo-do-trabalho? Em que consiste a “transição para o mundo do trabalho” para os jovens?

A temática juvenil vem sendo recorrentemente tratada no Brasil em seus distintos aspectos tendo em vista a complexidade que representa atualmente. Referida temática vem sendo exposta de forma ainda muito fragmentada. Segundo Pochmann (2007), ressalta-se, por um lado, o grave e generalizado quadro da violência nacional, cuja maior ênfase recai justamente na população com menos de 25 anos de idade, especialmente nos grandes centros metropolitanos do país. Por outro, ganha também destaque o conjunto dos resultados dos exames de avaliação educacional, que indica simultaneamente o avanço na taxa de escolarização acompanhado da piora na qualidade do ensino e aprendizagem dos jovens brasileiros.

Diante desse cenário, questiona Pochmann (2007, p. 2):

[...] parece cada vez mais evidente o fracasso dos sistemas nacionais de educação e de integração social para atender à população juvenil, seja pela pulverização de ações e programas, seja pela diminuta escala relativa de atendimento, seja pela competição de políticas entre distintas esferas de

governo (União, estados e municípios), organismos não governamentais (ONG's) e empreendimentos patronais associados à responsabilidade social. Ademais, cabe também destacar que os maiores obstáculos à reprodução social juvenil têm como referência a verdadeira crise que se encontra em curso na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho.

Os dados estatísticos revelam uma realidade assustadora, porém há muito a ser discutido. Conforme o IBGE (2007), quase a metade dos desempregados do país é jovem. Em média, os trabalhadores jovens ganham menos da metade do que ganham os adultos (PNAD, 2006). A taxa de homicídios entre os jovens é duas vezes e meia maior do que entre os outros segmentos etários. Enquanto o número de assassinatos se manteve estável no restante da população, entre a juventude esse índice cresceu 81,6% nos últimos 22 anos (UNESCO, 2002).

É possível afirmar que os brasileiros jovens foram muito afetados pelo modelo econômico adotado nas últimas décadas, que aprofundou significativamente a exclusão social. A juventude ficou sem acesso aos serviços públicos básicos e não desfruta dos seus direitos mais fundamentais. A cidadania para muitos jovens, por enquanto, ainda é uma cidadania incompleta.

Quanto à escolarização dos adolescentes e jovens brasileiros, a realidade apresenta dados significativos. Muito embora 92% da população de 12 a 17 anos estejam matriculadas, 5,4% ainda são analfabetos. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 80% dos adolescentes frequentam a escola, mas somente 40% estão no nível adequado para sua faixa etária, e somente 11% dos adolescentes entre 14 e 15 anos concluíram o ensino fundamental. Na faixa de 15 a 19 anos, diferentemente da faixa dos 7 aos 14 anos, a escolarização diminui à medida que aumenta a idade. Segundo Waiselfisz (2004), a escolarização bruta de jovens de 15 a 17 anos é de 81,1%, caindo significativamente para 51,4% quando a faixa etária de referência é de 18 a 19 anos.

Diante desse quadro complexo, podem-se identificar alguns desafios, entre muitos outros, que devem ser superados para que os direitos dos jovens sejam garantidos no Brasil. Pressupõe a princípio afirmar, que a formulação de políticas de cunho estrutural para o ingresso dos jovens não apenas no mercado de trabalho, se apresenta como uma possibilidade fundamental de inclusão destes na sociedade.

Pochmann (2007) afirma que nos últimos 25 anos, a economia nacional vem crescendo abaixo de 3%. Por isso, cerca de duas pessoas a cada três que

ingressam no mercado conseguem encontrar alternativas de trabalho. Um terço dos que chegam fica de fora. Para um país que tem cerca de 4,5 milhões de jovens desempregados não há uma alternativa que não seja uma solução coletiva.

Nos países desenvolvidos é cada vez mais comum a postergação do ingresso no mercado de trabalho. Por exemplo, na Alemanha, de cada dez jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, somente um está trabalhando. No Brasil, na mesma faixa etária, temos de 6 a 7 jovens no mercado disputando uma vaga. São justamente os jovens filhos de pobres, porque os filhos de ricos, em geral, só ingressam no mercado de trabalho depois dos 25 anos, já concluído o Ensino Superior. E afirma que é fundamental se ter grandes programas de bolsas de estudo, em escala nacional, para que o jovem se insira no mercado de trabalho mais tardiamente e melhor preparado.

Para Andrade (2008), o adiamento do ingresso dos “jovens adolescentes” no mundo do trabalho, a princípio, pode ser considerado um fato positivo. Um grande número de pesquisadores e gestores argumenta justamente que é fundamental postergar a entrada no mercado de trabalho para permitir a estes jovens, sobretudo, a permanência na escola e a aquisição de diplomas escolares de nível mais alto, com vistas à obtenção de melhores postos de trabalho, tanto em termos de remuneração como de possibilidade de realização pessoal.

Em 2007, 82,1% da população de 15 a 17 anos freqüentavam a escola. No entanto, apenas 48,0% cursavam o ensino médio. Embora, ao longo dos últimos anos, a taxa de freqüência líquida nesta faixa etária venha apresentando crescimento contínuo, ainda é bastante alto o índice de distorção idade-série, situação que favorece a evasão escolar. Muitos jovens terminam efetivamente por abandonar os estudos, com escolaridade ainda muito baixa, o que lhes subtrai um importante requisito para pleitear melhores empregos.

Entende a autora, que isso não quer dizer que maior escolarização garanta automaticamente aos jovens o ingresso em bons postos de trabalho, pois o incremento na oferta de mão-de-obra qualificada não segue necessariamente o mesmo ritmo do aumento na demanda por profissionais qualificados (CASTRO e AQUINO *apud* ANDRADE, 2008).

Não apenas no caso do grupo de 15 a 17 anos, mas também no restante do conjunto da população jovem, sobretudo na faixa de 18 a 24 anos “jovens-jovens” (ANDRADE, 2008), constata-se que houve nos últimos anos um aumento na quantidade daqueles que estudam. No entanto, isto não implicou uma redução na taxa de atividade juvenil no interior do mercado de trabalho. O fato é que apenas uma minoria se mantém na condição de apenas estudante após os 17 anos, conforme mostra a tabela abaixo:

TABELA 1

Condição de atividade e de estudo por sexo e faixas etárias em 2007

(Em %)

Faixa etária Homens/mulheres	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não trabalha nem estuda
15 a 29 anos	20,2	15,1	44,8	19,7
15 a 17 anos	60,3	21,8	8,29	9,5
18 a 24 anos	14,47	16,4	46,32	22,8
25 a 29 anos	3,4	8,9	65,8	21,7
		Homens		
15 a 29 anos	18,0	16,7	53,8	11,3
15 a 17 anos	54,8	26,4	11,3	7,3
18 a 24 anos	12,2	17,5	56,1	13,8
25 a 29 anos	2,2	8,8	78,6	10,2
		Mulheres		
15 a 29 anos	22,4	13,4	35,9	28,1
15 a 17 anos	66,0	17,0	5,0	11,9
18 a 24 anos	16,7	15,0	36,3	31,8
25 a 29 anos	4,4	9,1	53,8	32,5

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Diretoria de Estudos Sociais do IPEA (DISOC/IPEA).

Isso significa que, quando o jovem busca elevar a escolaridade, o faz combinando o estudo com a atividade laboral. Este tipo de situação demarca um modo particular de vivência do tempo de juventude, que não se identifica com aquilo que acabou se instituindo, inclusive no senso comum, como modelo de jovem universal: aquele que se libera do trabalho para poder se dedicar aos estudos e ao lazer.

Retomando o posicionamento da Presidenta do Conselho Nacional de Juventude sobre a fragilidade e descompassos do “casamento entre educação e trabalho”, Novaes afirma ser evidente o fracasso dos sistemas nacionais de educação e de integração social para atender à população juvenil, seja pela pulverização de ações e programas, seja pela diminuta escala relativa de atendimento, seja pela competição de políticas entre distintas esferas de governo (União, estados e municípios), organismos não governamentais (ONG’s) e empreendimentos patronais associados à responsabilidade social. Destaca ainda que os maiores obstáculos à reprodução social juvenil têm como referência a verdadeira crise que se encontra em curso na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho.

Ao discutir a relação educação e trabalho, Pochmann (2004) traz como ponto fundamental de sua análise o argumento de que a deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho, ao invés de ser contida pela melhoria educacional, contribuiu para o desperdício e o desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade.

No que se refere à questão da escolaridade, a pesquisa de Pochmann demonstrou que as taxas de desemprego se elevaram a um ritmo mais rápido justamente para os níveis de maior escolaridade entre 1992 e 2002. Para os segmentos com 14 anos de estudo, a desocupação cresceu 76,9%, 3 vezes a mais que o ritmo de crescimento do desemprego para os segmentos educacionais com até 3 anos de estudo (POCHMANN, 2004).

É nessa direção e sentido, que destaco a importância central nesse artigo, a análise da atual situação do jovem no mercado de trabalho brasileiro. Nessa direção Pochmann (2004) destaca que, se há estrangulamentos no ingresso e progresso do jovem no interior do mercado de trabalho, o agravamento da condição juvenil aparece como inexorável vez que é reproduzida pela decadência educacional e pela degradação social.

2 JUVENTUDE E TRABALHO: trânsitos de precarização no/pelo mundo do trabalho

O reconhecimento do crescimento da população jovem vem mobilizando a atenção de amplos segmentos da sociedade brasileira. Em manchete postada em

janeiro de 2010 por Talita Mochiute, do Aprendiz, aquela assim anunciava: “Inserção do jovem no mercado de trabalho precisa ser debatida”. Mesmo reconhecendo que o Brasil tem avançado em propostas de qualificação profissional para jovens, mas ainda tem um longo caminho a percorrer na discussão sobre o emprego oferecido para juventude.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicados no livro Juventude e Políticas Sociais no Brasil, lançado em 2010, havia 4,8 milhões de jovens – entre 15 e 29 anos – desempregados em 2007, representando 60,74% do total de desempregados no país – taxa três vezes maior que a dos adultos. O índice de jovens que não trabalhavam, nem estudavam também ficou elevado, em 19,8%.

Segundo dados da Organização Mundial do Trabalho (OIT), em 2005, havia 548 milhões de jovens ocupados e 85 milhões de jovens desempregados no mundo. A taxa de desemprego jovem chegou a 13,5% da População Economicamente Ativa (PEA) contra 4,5%, entre os adultos. Dados revelam que no Brasil, havia 34,1 milhões de jovens, cerca de 18% da população residente (189 milhões de habitantes). Desse total, 83% encontravam-se no meio urbano e 17%, no meio rural (PNAD-IBGE 2007). Dos 7,2 milhões de empregos formais gerados, no decênio de 1997 a 2007, no Brasil, 7 milhões foram ocupados por jovens na faixa etária de 18 a 24 anos (98,61%), segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE).

Em 2015, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 660 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, ingressarão no mercado de trabalho mundial. Dado que, hoje, um em cada cinco jovens não está empregado (cerca de 88 milhões de pessoas), o que representa mais de 40% do total de desempregados, as perspectivas da inserção do jovem no mundo do trabalho não são otimistas.

Já para o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2013, a taxa do desemprego juvenil a nível mundial é crescente – e preocupante. A previsão é que ela alcance 12,8%, em 2019, anulando todo o progresso alcançado no início do período da recuperação econômica.

Outro relatório, intitulado “Tendências Mundiais do Emprego Juvenil em 2013 – Uma Geração em Perigo”, previa que cerca de 73,4 milhões de jovens estariam

desempregados durante este ano, implicando um aumento de 3,5 milhões de jovens desde 2007. Em países como Espanha e Grécia, mais da metade da população jovem economicamente ativa está desempregada. “Estes números evidenciam a necessidade de enfocarmos em políticas que promovam o crescimento, a melhoria da educação e os sistemas de qualificação, além do emprego juvenil”, declarou José Manuel Salazar-Xirinachs, subdiretor-geral de políticas da OIT.

De acordo com o Relatório, após uma redução, dos 12,7% registrados em 2009 para 12,3% em 2011, a taxa mundial de desemprego juvenil voltou a subir em 2012, registrando um índice de 12,4%. A estimativa é a de que esse percentual alcance os 12,6% neste ano. "Trata-se de 1,1% acima do nível prévio à crise de 2007 (11,5%)", compara o informe. A perspectiva é que o índice de desemprego juvenil alcançará a taxa de 12,8% em 2018, revelando uma tendência de aumento global, revelando-se uma preocupação mundial.

De acordo com os dados levantados nessa pesquisa, a estimativa é a de que cerca de 73,4 milhões de jovens estarão desempregados em todo o mundo neste ano de 2013, o que significa 3,5 milhões a mais do que em 2007 e 0,8 milhões a mais que em 2011. Segundo o estudo, o enfraquecimento da recuperação econômica em 2012 e 2013 agravou a crise do emprego juvenil, dificultando ainda mais o acesso de jovens ao mercado de trabalho. A dificuldade chega a tal ponto que faz com que muitos jovens cheguem a desistir de continuar buscando um trabalho.

O relatório destaca, pelo menos, três fenômenos sobre a atual situação dos jovens no mercado de trabalho. Um primeiro fenômeno diz respeito ao trabalho temporário. Conforme a análise da OIT, devido a atual situação, os jovens estão menos seletivos com empregos e agora aceitam mais trabalhos em tempo parcial ou empregos temporários. Muitos dos primeiros trabalhos que os jovens encontram são temporários ou em “*part time*”³ (PAIS, 2001). O emprego estável e de qualidade está cada vez mais escasso, sobretudo em regiões em desenvolvimento. Os custos e as consequências econômicas e sociais do desemprego, segundo o estudo, impactam

³Termo utilizado por Machado Pais (2001), para se referir a um estudo da OCDE, em 1996, envolvendo 15 países e mostrava que metade dos trabalhos desempenhados por jovens, dos 16 aos 24 anos, que haviam terminado o ensino obrigatório, era temporário, sendo 30% a *part time*. (OCDE, *Employment Outlook*, 1998)

no potencial de crescimento das economias.

Observa, ainda, que 41,3 por cento dos jovens que trabalhavam como empregados temporários em 2010 eram estudantes. No entanto, vem prevalecendo um discurso sobre a importância do trabalho temporário, como uma opção de último recurso, especialmente nas economias avançadas, cujo discurso é confirmado pelo fato de que mais de um em cada três jovens disseram que não conseguia encontrar um emprego permanente, e esta proporção aumentou desde o início da crise - de 36,3 por cento em 2008 para 37,1 por cento em 2010.

Os jovens dos países em desenvolvimento representam uma proporção elevada de trabalhadores pobres: constituem 23,5% dos trabalhadores pobres nos países para os quais se dispõem de dados, comparado com 18,6% dos trabalhadores não pobres. Muitos trabalhadores pobres estão presos em um círculo vicioso de baixa escolaridade e empregos de baixa produtividade, segundo a OIT (2012).

O segundo fenômeno diz respeito a face oculta do desemprego dos jovens. Condições extremamente adversas do mercado de trabalho forçam muitos jovens a abandonar a busca de trabalho ou estudo mais aprofundado. Em todo o mundo, cerca de 6,4 milhões de jovens estão nessa situação, afirma o Relatório da OIT (2012). Mais de 6 milhões de jovens em todo o mundo pararam de procurar trabalho ou decidiram continuar com os estudos, devido às condições extremamente desfavoráveis do mercado de trabalho.

De acordo com o relatório, em todo o mundo, totalizando 6,4 milhões com idade entre 15 e 24 anos caíram para fora do mercado de trabalho. Levando em conta este valor, a taxa de desemprego juvenil mundial é de 13,6 por cento em vez dos atuais 12,6 por cento. Globalmente, esta diferença corresponde a 1,2 por cento para os homens e de 0,5 por cento para as mulheres jovens.

O terceiro fenômeno diz respeito aos jovens que nem trabalham e nem estudam. Este é um fenômeno que ocorre principalmente nas economias desenvolvidas. Um caso especial está levantando preocupações dos jovens que não trabalham, não estudam ou não recebem formação. Estes são chamados NEET (por sua sigla em Inglês), também conhecido como "jovens desconectados" nos Estados Unidos e "ni-ni" nos países de língua espanhola.

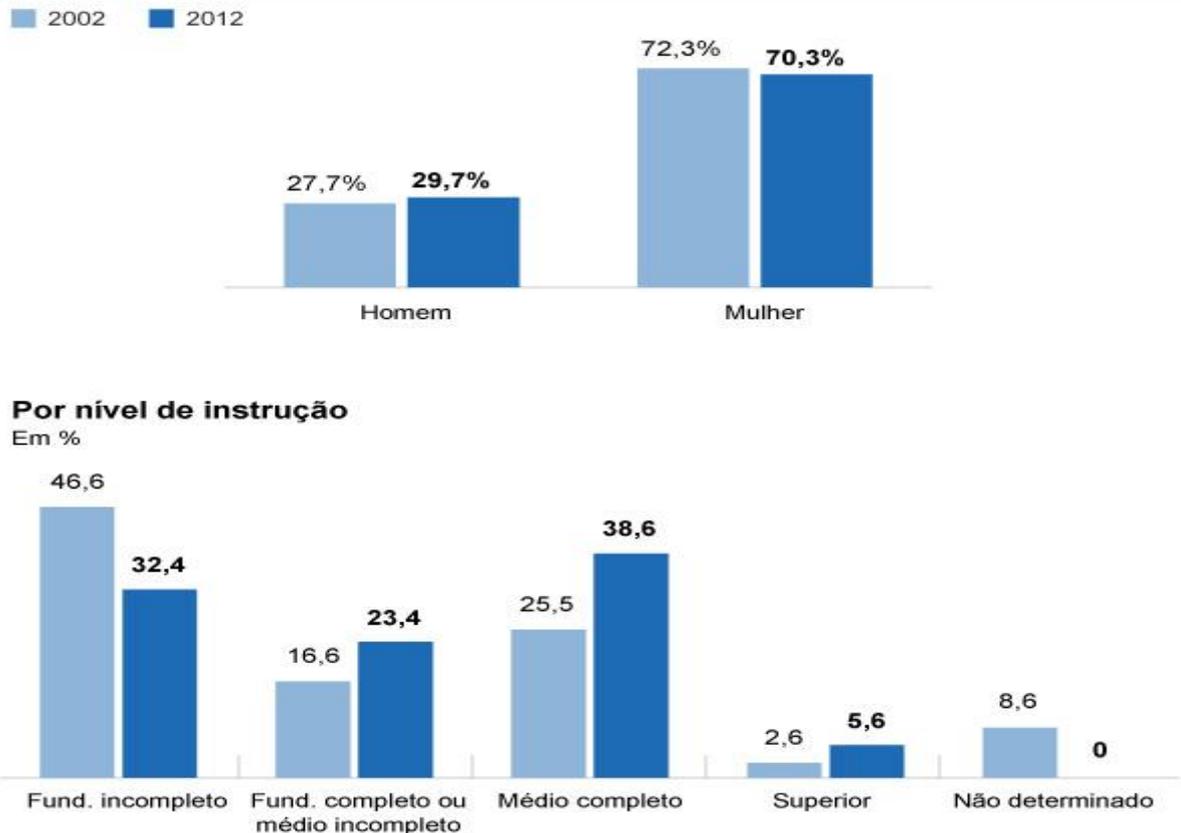
Este grupo tem crescido desde o início da crise, o que reflete um fosso cada vez maior no mercado de trabalho para os jovens. Se os jovens são economicamente inativos porque continuam seus estudos ou formação, estão investindo em qualificações que podem melhorar a sua empregabilidade futura, porém os “ni-ni” (“nem-nem”) correm o risco tanto de exclusão laboral , como de marginalização social.

Um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), com base nos dados da PNAD (2008), mostrou que, à época, 3,4 milhões de jovens brasileiros entre 18 e 24 não estudavam e tampouco trabalhavam. Ou seja, considerando o levantamento feito pelo IBGE em 2011, mais de seis milhões de jovens se juntaram ao grupo dos "nem-nem". Em 2008, o contingente representava 14,6% do total de 23,2 milhões de jovens da época referência da pesquisa.

Gráfico 1 – Características dos jovens “nem-nem”

Características dos jovens “nem-nem”

Jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012

Em países desenvolvidos, o número de “*neet*” - jovens que não trabalham nem estudam, conhecidos como os “nem-nem”, no Brasil e os “ni-ni”, em países de língua hispânica – é de um a cada seis. “É provável que estas consequências se agravem, e quanto mais prolongada a crise do desemprego juvenil, mais acarretará um custo econômico e social”, acrescentou Salazar-Xirinachs. Nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴, o percentual de “nem-nem” cresceu 2,1 pontos percentuais entre 2008 e 2010, chegando a 15,8% da população entre 15 e 29 anos. Significa que quase um em

⁴ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. Tem sua sede em Paris, França. Na OCDE, os representantes dos países membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros. Originalmente 20 países firmaram a Convenção da OCDE em 14 de dezembro de 1960. Desde então, mais 10 países se tornaram membros da Organização.

cada seis jovens não têm nenhum tipo de atividade.

No Brasil, o Nordeste é a região na qual estava concentrada a maior parte da geração "nem-nem": 23,9%. O Norte, por sua vez, tinha 21,9%. As regiões Sudeste (18,1%), Centro-oeste (17,4%) e Sul (15%), respectivamente, estavam abaixo dos 20%. Na divisão por Estado, o Amapá aparecia no topo do ranking, com 27,8% de jovens que não trabalham nem estudam. Já Alagoas registrava 27,4% e Pernambuco, 26,9%. Por outro lado, Santa Catarina destacava-se positivamente na pesquisa do IBGE, com apenas 12,7%, o que sugere se pensar na questão da desigualdade no nosso país.

Conforme mostram os dados presentes no gráfico acima, há uma relação muito forte entre não estar estudando e trabalhando com a questão da maternidade, o que não significa dizer que isso é a causa, mas sim de uma relação estreita entre essas questões. Entre as pessoas mais pobres, o acesso à escola é menor, o que implica em se pensar que há uma relação bastante direta.

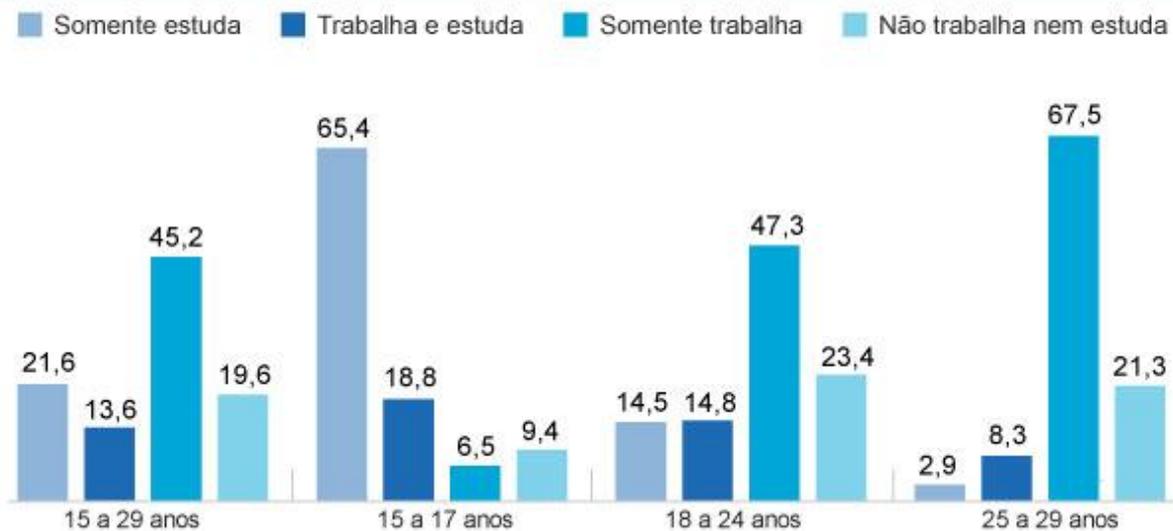
Houve uma diminuição no índice de mulheres que não estudavam nem trabalhavam em um período de dez anos. Em 2002, as mulheres representavam 72,3% da geração "nem-nem", conseqüentemente, houve crescimento de dois pontos percentuais no número de homens em tal situação, no mesmo período.

As estatísticas mostram ainda que a maioria dos jovens "nem-nem" tinha ensino médio completo (38,6%), sendo a maior parte no subgrupo de 18 a 24 anos (43,2%). Apenas 5,6% desses jovens possuíam ensino superior (completo ou incompleto), e 32,4% representavam aqueles que não concluíram o ensino fundamental. Segundo o IBGE, enquanto 19,% dos jovens de 15 a 29 anos não trabalham nem estudam, 45,2% somente trabalham, 13,6% trabalham e estudam e 21,6% estudam apenas.

Gráfico 2 - Atividades dos jovens de 15 a 29 anos

Atividade dos jovens de 15 a 29 anos

Em %, por grupos de idade



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012

De acordo com a pesquisa "Síntese de Indicadores Sociais", a maioria dos que formam a geração "nem-nem" (nem estuda nem trabalha) é de mulheres: 70,3%. A incidência é maior no subgrupo formado pelas pessoas de 25 a 29 anos, onde as mulheres representavam 76,9%. Já entre os jovens de 15 a 17 anos, a distribuição é mais equilibrada: 59,6% das pessoas que responderam que não estudavam nem trabalhavam eram mulheres. No subgrupo de 18 a 24 anos, por sua vez, as mulheres representavam 68%. Entre essas jovens, 58,4% já tinham pelo menos um filho, e 41% declararam que não eram mães. Considerando apenas as mulheres que já haviam dado à luz pelo menos uma vez, o número de pessoas que não estudava nem trabalhava também era maior no subgrupo de 25 a 29 anos (74,1%).

No Brasil, a situação também é pouco promissora. A OIT aponta que, atualmente, 3,5 milhões de jovens (entre 16 e 24 anos) estão desempregados. A taxa é equivalente a 3,5 vezes o número de adultos fora do mercado. Comparando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1989 com os de 1998, o economista Marcio Pochmann, no livro "A Batalha do Primeiro Emprego",

indica que o desemprego juvenil cresceu 195% no período. Em 1989, o país contava 1 milhão de jovens sem emprego; em 1998, o número subiu para 3,3 milhões.

Consta ainda no Relatório da OIT (2013), que o desemprego juvenil no Brasil mantém trajetória constante de queda e passou de 22,6% em 2002 para 13,2% em 2012. Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE confirmam que também aqui o desemprego castiga mais os jovens. Mesmo caindo, a taxa de desemprego das pessoas de 18 a 24 anos medida pelo IBGE para as seis maiores regiões metropolitanas do país foi de 12,4%, mais que o dobro dos 5,5% da taxa média do ano. Na faixa etária mais baixa, 15 a 17 anos, o índice de desemprego foi ainda maior: 22%.

Além da persistência do desemprego entre jovens no mundo, o estudo da OIT chama atenção para a proliferação de empregos temporários e um crescente desalento (desistência de procurar trabalho) entre os jovens nas economias avançadas, e empregos de baixa qualidade, informais e de subsistência nos países em desenvolvimento.

“Os empregos seguros, que eram norma para as gerações anteriores – pelo menos nas economias avançadas – são menos acessíveis para os jovens de hoje. O crescimento do trabalho temporário ou a tempo parcial, em especial desde o ponto mais alto da crise, sugere que este tipo de trabalho é frequentemente a única opção para os trabalhadores jovens” explica José Manuel Salazar-Xirinachs. O número de atingidos pelo chamado desemprego de longo prazo também está crescendo. Em 2011, um terço dos jovens sem trabalho dos países da OCDE já estava procurando emprego há pelo menos seis meses, contra um quarto em 2008.

Como pode ser visto na tabela 2, entre 2006 e 2007 a participação da população jovem no desemprego sofreu ligeira queda no grupo de 15 a 17 anos. Isto se explica pelo fato de os *jovens adolescentes* estarem participando menos do mercado de trabalho e, supostamente, dedicando-se exclusivamente aos estudos.

TABELA 2
Participação da população jovem no desemprego, segundo faixa etária –
2006 e 2007

(Em %)

Faixa etária	2006	2007
15 a 29 anos	63,8	61,4
16 a 17 anos	9,6	9,4
18 a 24 anos	38,4	35,6
25 a 29 anos	15,8	16,3

Fonte: PNAD/IBGE

Conforme indicado na tabela, no grupo de 18 a 24 anos, também ocorreu redução no percentual de desempregados, mas o mesmo não se observa no grupo de 25 a 29 anos, para o qual foi constatada uma alta no desemprego. Tal aumento, somado à redução dos rendimentos médios verificada neste grupo, acende definitivamente a luz de alerta em relação aos “jovens adultos”. “Sem dúvida, este é um desafio para política pública”, assim afirma Andrade (2008, p. 7).

Por fim, ao analisar o problema do desemprego juvenil no Brasil, Regina Novais, ex-presidente do Conselho Nacional de Juventude, coloca em questão a relação escolarização e trabalho, ao afirmar que o “casamento entre educação e trabalho”, no Brasil, “vai mal”. Se de um lado há jovens fora do mercado de trabalho porque não estão capacitados, estão fora da escola ou atrasados, de outro, existem jovens que chegam à universidade e também não conseguem se inserir. Para ela, a incerteza está muito mais presente, o que exige tanto novas formas de educação e mecanismos de inserção no mercado de trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos que mais tem sido destacado na literatura sobre as novas configurações de transição para a vida adulta está relacionado com os investimentos prolongados dos jovens na formação escolar, originados pelo desenvolvimento do mercado de trabalho. De um modo geral, pode constatar-se, através dos indicadores sociológicos, que a melhoria generalizada das condições de vida e a modificação

progressiva dos padrões culturais do país, se traduziram tanto no incremento dos níveis de formação escolar, como na ampliação das expectativas de realização profissional que lhe estão associadas.

Os jovens são, assim, incentivados a investir na educação, a prosseguir os seus projetos vocacionais com vista à aquisição futura de uma profissão, que lhes possibilitará não só a realização pessoal, como a obtenção de autonomia econômica. Isto implica, por si só, que a entrada no mercado de trabalho se faça mais tardiamente. Além disso, as modificações no mercado de trabalho vieram também introduzir alterações no tradicional processo de continuidade entre estudos e inserção profissional.

A outrora previsível sequência de *terminus* dos estudos e posterior integração na vida ativa vê-se hoje abalada por desajustamentos e fraturas, consequência, sobretudo da instabilidade laboral. Geram-se, assim, percursos de transição para a vida ativa mais diversificados, que evidenciam as transformações do sistema educativo e do mundo laboral como, por exemplo, opções de formação que não eram inicialmente desejadas pelos jovens ou dificuldades de encontrar um emprego compatível com a formação adquirida.

Pode-se dizer que no Brasil, apesar do crescimento do emprego por tempo indeterminado e da redução da taxa de informalidade a partir de 2003, a precariedade salarial se manifestou pelo aumento, em termos absolutos e relativos, da presença de “trabalhadores periféricos” inseridos em relações de trabalho precárias.

A nova precariedade salarial no Brasil se manifesta não apenas pelo aumento da contratação flexível, mas também pela adoção, nos locais de trabalho reestruturados, da flexibilização da jornada de trabalho e da remuneração salarial. Deste modo, os novos ambientes de trabalho que emergem nas empresas reestruturadas na década de 2000 constituem-se sob a nova morfologia social do trabalho flexível (ALVES, 2013).

Entende Alves (2013) que a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, “precarização do homem que trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho

implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des) constituição do ser genérico do homem. A nova redefinição categorial do conceito de precarização do trabalho contribuirá para expor novas dimensões das metamorfoses sociais do mundo do trabalho, salientando, nesse caso, a dimensão da barbárie social contida no processo de precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil: a morfologia social do trabalho na década de 2000 (2000-2010)**. Coimbra, Portugal: Oficina do CES nº 381, 2012.

ANDRADE, Cláudia C. Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. In: **IPEA – Mercado de Trabalho (nota técnica)**. Nº 37. Nov. 2008.

ANDRADE, Cláudia C.. Transição para a idade adulta: das condições sociais às implicações psicológicas. In: **Análise Psicológica**. 2 (XVIII). 2010.

GUIMARÃES, Nadya. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil”, in ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

INSTITUTO CIDADANIA. **Perfil da Juventude Brasileira**. Relatório final, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2007**. Brasília: IBGE, 2007.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD 2003-2004)**.

NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida**. São Paulo, outubro de 2007.

OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO). **Relatório da Organização Internacional do Trabalho**, 2007.

_____. **A crise do emprego jovem: tempo de agir**. Relatório V. Portugal: Cooperativa Antonio Sérgio para a Economia Social, 2012.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto: Ambar, 2003.

POCHMANN, Marcio. **A Batalha do Primeiro Emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo: São Paulo, 2007. mime